

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 171 - 1ª QUINZENA DE MAIO DE 1999 - R\$ 1,00

**Fora o imperialismo dos Bálcãs!
Apoio incondicional à Iugoslávia!**



Liberdade para Vilma Plata



O governo Hugo Banzer mantém presa a líder da Federação de Professores de La Paz Vilma Plata.

Motivo:
liderar o movimento grevista dos professores bolivianos e atuar no piquete contra a substituição dos grevistas por fura-greve.
Pretendem:
mantê-la presa por três a cinco anos.

Fim da perseguição política!

A crise capitalista joga o país na recessão e esmaga as massas com desemprego e miséria. Cresce o descontentamento com o governo. Aumenta a crise política com os escândalos de corrupção no governo e Judiciário. O governo e os latifundiários combatem os sem-terra e sem-teto. Trabalhadores e estudantes saem às ruas para protestar. Mas as direções do movimento insistem em conciliar com os algozes.

Seja com os acordos traidores de redução de direitos, seja com as campanhas de mãos dadas com os capitalistas descontentes, pedindo que se remende o plano de fome de FHC ou que se chamem eleições.

O caminho é partir das reivindicações mais sentidas pelas massas, apontando para a luta nacional pela derrubada do plano antinacional e antipopular.

ALIANÇA OPERÁRIO E CAMPONESA!

FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA! ABAIXO FHC e FORA O FMI!

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Metalúrgicos da GM fazem greve em São José dos Campos e conseguem reajuste salarial de 5%

Os oito mil metalúrgicos da produção da General Motors de São José dos Campos decidiram, em assembléia, parar suas atividades por dois dias (19/04 a 22/04) para pressionar a montadora a fechar acordo com o sindicato sobre a reposição das perdas inflacionárias. A GM já vinha enrolando os trabalhadores há tempos, remetendo a discussão para o Sinfa-vea (Sindicato patronal). Entretanto, com as crescentes manifestações dos operários, foi obrigada a reajustar os salários dos 17.300 trabalhadores das unidades de São Caetano e São José dos Campos em 4,52%. Em São Caetano os trabalhadores também organizaram protestos por reajuste de salários e contra a decisão da montadora de convocar os operários para uma produção adicional (aos sábados), enquanto mantém uma parte dos trabalhadores afastados pelo acordo de Lay-Off. A montadora foi obrigada a voltar atrás e suspender o trabalho extra. Os trabalhadores exigem o retorno de todos os afastados.

Nacional

Químicos protestam contra corte de benefícios

Químicos da Rhodia de Santo André fizeram um protesto em frente à Delegacia Regional do Trabalho, contra a decisão da empresa, que reduziu o adicional de hora-extra de fim de semana de 130% para 100% e o adicional noturno de 40% para 35%. A categoria está sem acordo coletivo desde novembro, os patrões continuam cortando benefícios e procurando atacar os trabalhadores cada vez mais. Enquanto isso a direção do sindicato organiza protestos que não surtem nenhum efeito e procura fechar acordo por fábrica, de forma que os patrões se sentem à vontade para promover os saques aos salários dos trabalhadores. É preciso que os trabalhadores assumam a luta geral e direta (greves, ocupações, manifestações, etc) contra seus opressores, como única forma de barrar seus ataques. Nada de negociar cortes de benefícios e direitos dos trabalhadores. Nada de conciliação com os patrões.

Para continuar pagando menos impostos, montadoras ameaçam demitir mais 6.200 operários no ABC

Com o objetivo de pressionar o governo a renovar o acordo de redução do IPI e ICMS para os carros, as montadoras do ABC anunciaram que têm mais de 6.200 operários considerados 'excedentes'. A VW afirma que existem 2.800 operários a mais do que o necessário na fábrica de São Bernardo, ou 15% do efetivo. A Mercedes diz que precisa mandar embora 1.200. A Scânia 200. A Ford tem 1.400 afastados e a GM tem mais de 600 operários com contrato suspenso em São Caetano. Além da renovação do acordo para a manutenção da redução do imposto, as montadoras já anunciaram que vão reajustar os preços dos veículos em até 25%, mesmo com

acordo, alegando aumento de custos. Segundo dados apresentados pela imprensa burguesa, o acordo aumentou as vendas das montadoras em 45,7%. Ao mesmo tempo, as direções sindicais têm fechado acordos com as montadoras para reduzir salários e viabilizar demissões. Como vemos, os patrões procuram de todas as formas aumentar seus lucros. Para tanto, têm recebido o apoio imprescindível das direções corrompidas, que se negam resolutamente a chamar a luta dos trabalhadores contra a ganância capitalista. Ao contrário, temos visto que sempre se colocam do lado destes. Têm até apresentado propostas a seu favor, como a "renovação de frotas" que o pelego Marinho tem como bandeira e que, certamente só serve aos interesses dos patrões. As bandeiras da classe operárias são outras. Contra os ataques às suas condições de vida (demissões, redução de salário, etc), desenvolver os métodos da ação direta (greves ocupações, manifestações, etc). Contra o desemprego: Escala móvel de horas de trabalho!!!

Operários param e obrigam patrão a rever proposta de PLR

Os 90 operários da Fabração, fabricante de autopeças de Osasco pararam suas atividades no último dia 14 e obrigaram a empresa a rever a proposta de descontar da PLR dos trabalhadores as faltas por acidentes de trabalho. Os trabalhadores sabem que a única forma de se defenderem dos sanguessugas capitalistas é a unidade, que dá força. A luta direta é a única maneira que os trabalhadores têm para arrancar dos capitalistas as suas reivindicações mais imediatas e manutenção de suas conquistas. É também é o caminho pelo qual a classe operária deve seguir no desempenho de seu papel histórico, ou seja, destruir os capitalistas e seu sistema de opressão.

Cosipa quer demitir 750 trabalhadores com a extinção de turmas

Para viabilizar a demissão de aproximadamente 750 trabalhadores, a siderúrgica Cosipa, em Santos, está querendo acabar com a quinta turma de trabalho a partir do mês de maio. O objetivo é fazer com que os operários que não forem demitidos voltem a trabalhar com jornadas diárias, com diminuição das folgas que estes têm direito com o atual sistema de trabalho, onde há revezamento de turmas (três trabalham e duas folgam). A resposta dos trabalhadores ao ataque não pode ser outra, senão a greve. Nenhum trabalhador deve ser demitido. Que os capitalistas arquem com a crise do seu sistema.

O Burocrata sindical Luiz Marinho mostra sua cara

O presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, no dia 23/04, mostrou o quanto a CUT e a direção do Sindicato está empenhada em resolver o problema da crise capitalista. Em matéria escrita para a Folha de São Paulo, ele explicou como o acordo que o sindicato propôs para a FORD foi vantajoso para o governo e para a montadora, mostra como a montadora lucrou. Isso é uma demonstração de que a preocupação dele não é com o operário, que continua afastado de seu posto de trabalho. É só uma mostra de como a direção da CUT e do Sindicato não têm compromisso algum com a classe trabalhadora, e que sua única preocupação é apresentar proposta para resolver o problema da crise capitalista, colocando que por detrás dessa proposta tem muito mais, que vai agradar e muito aos patrões e ao governo.

Aos operários só resta arregaçar as mangas e lutar para tirar essa burocracia privilegiada do seu sindicato e construir uma direção combativa (revolucionária), que possa elevar a consciência da categoria para a luta e não para conciliação de classes.



Greve Geral para derrotar o plano antinacional e antipopular!

Aliança operário e camponesa para pôr abaixo FHC!

Manifesto do POR ao 1º de Maio

A ofensiva capitalista contra as massas exige uma resposta nacional e unificada: nada de deixar os movimentos isolados, e sim dar-lhes força suficiente para a luta contra os capitalistas e seu governo. É necessária a organização da greve geral por tempo indeterminado para derrotar o plano antinacional e antipopular. Para enfrentar o desemprego, o congelamento salarial, a destruição dos serviços públicos, as privatizações, expulsar o imperialismo, destruir o latifúndio e conquistar a terra para os sem-terra. Construir a aliança operário e camponesa, esse é o caminho para levar o combate à vitória contra a burguesia entreguista e parasita. Por aí sim pode-se chegar à derrubada de FHC, e não pela via eleitoral, manipulada pelos exploradores.

A crise econômica é descarregada sobre os trabalhadores

O governo entreguista de FHC continua aplicando as medidas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Tem levado a mais recessão, aumento do desemprego (chegou este mês a 19% em São Paulo) e manutenção do congelamento salarial.

Enquanto cresce a miséria dos explorados, os governos ajudam os capitalistas com redução de impostos e financiamentos que são quase uma doação de centenas de milhões de reais às multinacionais. Dizem que não há dinheiro para pagar salários de funcionários nem para investir em educação, saúde etc., mas para dar aos capitalistas sobram milhões.

Os trabalhadores sentem na pele as demissões e a perda do valor do salário. As empresas listam dezenas, centenas e até milhares de demissões de uma vez só. Os casos das montadoras de veículos, como a Ford e GM, são parte de um salto no desemprego. Diante da queda nas vendas, os capitalistas procuram preservar seus ganhos demitindo e cortando direitos trabalhistas. O lucro capitalista é preservado às custas de um brutal aumento da opressão social.

O governo destrói serviços públicos e privatiza

Uma das imposições do FMI é a de que o governo tem de cortar todos os gastos, para preservar sua capacidade de sustentar o parasitismo financeiro. Assim, reduz-se os orçamentos da educação, saúde, corta-se a aposentadoria por tempo de serviço etc. De um lado, se desvia esse dinheiro para pagar juros aos parasitas especuladores. De outro, favorece-se a penetração e crescimento das empresas privadas nessas áreas, novamente beneficiando os capitalistas.

As massas são duplamente prejudicadas: ficam sem seus direitos a educação, saúde, previdência públicas, e, se os quiserem, são obrigadas a pagar por eles (isto a minoria que pode). A destruição da previdência e saúde públicas beneficia os parasitas das seguradoras e planos

de saúde, que ainda contam com outros incentivos governamentais.

Na área da educação, o governo tem realizado uma violenta ofensiva: os cortes de verbas são acompanhados da imposição de uma série de medidas de incentivo ao autoritarismo da burocracia escolar, fechamento de cursos e vagas, idiotização dos currículos, deterioração das condições de trabalho e demissões de professores e funcionários, exclusão de alunos, implantação de taxas, favorecimento da intervenção privada (parcerias) etc.

Esses ataques colocam professores, estudantes e funcionários em movimento, às vezes em defesa de questões elementares como por exemplo o direito a ter aulas, ainda que em salas superlotadas. O grande problema é que, até agora, esses inúmeros movimentos acontecem isoladamente, por isso não tiveram força suficiente para conter a ofensiva governamental.

E as privatizações prosseguem. A entrega das estatais é mais uma imposição do imperialismo. E qual a conseqüência? Demissões em massa, reajustes de tarifas e deterioração dos serviços prestados. São entregues a preços baixíssimos, e o arrecadado não dá nem de longe para sustentar o endividamento público, que se multiplicou no governo FHC como nunca se viu antes. Aumentou a dependência externa e ampliou-se o controle imperialista sobre o país.

Governo em crise

Os escândalos de corrupção no governo têm inundado as páginas dos jornais. O governo federal tem seus ministros e presidentes do Banco Central envolvidos em negociatas e tramóias. O Poder Judiciário é denunciado sistematicamente, com o objetivo de discipliná-lo e cortar gastos. Montam-se as CPIs para servir de caldeirão para os arranjos e conchavos.

A corrupção está presente no Estado burguês em todo seu aparato. Em geral, é acobertada pelos capitalistas, que se protegem uns aos outros. Mas, em momentos de grandes disputas entre os bandos da burguesia, a denúncia de corrupção é utilizada como elemento de barganha entre as partes. É o que vemos acontecer atualmente.

O governo FHC tem de aplicar medidas cada vez mais violentas contra a economia

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

nacional. Alguns setores da burguesia, embora submissos ao imperialismo, gritam por suas perdas e quebras. As disputas ganham a forma de denúncias.

A divisão entre os exploradores favorece os explorados. As condições atuais são mais favoráveis aos movimentos atacarem o governo enfraquecido. Ficar à reboque de uma ou outra fração burguesa descontente, como têm feito algumas direções do movimento, é ajudar a burguesia a descarregar a crise sobre os explorados.

Nacional

Governo quer deter a reforma agrária

Pressionado pelos latifundiários, o governo tem agido no sentido de brechar as ocupações de terra. Sua política aponta para o fim das desapropriações e o estabelecimento de outros meios de acesso à terra. Pretende que os movimentos deixem de ocupar e organizem a coleta de fundos para a compra de terras. Essa linha deve ser rechaçada pelos movimentos. O caminho da luta antilatifundiária passa necessariamente pelas ocupações de terra com resistência. E, fundamentalmente, pela aliança operário e camponesa.

A política de conciliação de classes ajuda os capitalistas

Enquanto as demissões crescem e os salários permanecem congelados, dirigentes sindicais se esmeram em colaborar com empresas no sentido de lhes preservar os lucros, ainda que seja com o sacrifício dos trabalhadores. Os acordos de bancos de horas, redução de salários e direitos trabalhistas, a campanha em favor de redução de impostos às montadoras, renovação da frota etc. são mecanismos de colaboração de classe, favorecimento patronal e traição aos trabalhadores. Ao invés de organizar a luta contra os capitalistas para defender os interesses da classe trabalhadora, conchavam com patrões e governos em defesa dos interesses capitalistas.

Diante do agravamento da crise política e econômica, as direções do movimento apontam duas perspectivas: a pressão pela mudança da política econômica do governo ou pela realização de eleições. As duas se baseiam em unidade com setores descon-

tentes da burguesia (tipo Itamar Franco, Ciro Gomes etc.), que certamente se colocariam à cabeça dessas alternativas. Apesar das diferenças, ambas levam os oprimidos a apoiarem seus algozes, desviando-os de tomar a resolução dos problemas em suas próprias mãos, por meio da ação direta e independente, necessariamente em choque com todas as frações capitalistas.

Pela frente única antiimperialista

As mobilizações em defesa das reivindicações imediatas chocam-se com a política ditada pelo imperialismo (FMI). A generalização desses movimentos coloca a questão da luta nacional de massa contra as imposições imperialistas. É uma necessidade a construção da frente única antiimperialista, encabeçada pelo proletariado, que impulse essa perspectiva. Se colocada em prática, a luta antiimperialista se erguerá os oprimidos contra a burguesia nacional, por isso será também anticapitalista, e colocará a revolução proletária.

Greve geral pela derrubada do plano

A crise do governo tem avançado rapidamente nos últimos dias, pelas denúncias de corrupção. Mas não serão as CPIs manipuladas pelo parlamento corrompido que apurarão e julgarão os culpados. A burguesia não julgará a si mesma. Somente as massas mobilizadas podem fazê-lo. A verdadeira justiça só pode ser feita pelos Tribunais Populares, organismos próprios das massas, organizados pela eleição de delegados e representantes dos trabalhadores, estudantes, populares em suas assembleias e plenárias de base. São as massas mobilizadas quem apurarão, julgarão e punirão a burguesia corrupta.

Muito se fala da necessidade de combater o governo FHC. O primeiro passo para combatê-lo de verdade é colocar a derrubada de seu plano antinacional e antipopular, que tem como eixo o aumento da opressão nacional e social. Esse plano não será combatido com conversa mole nem com festa eleitoral. O caminho para se chegar à sua destruição é a organização da greve geral por tempo indeterminado. As condições estão favoráveis: há grande descontentamento popular, reivindicações comuns, disposição de luta. Falta uma política correta, que só pode se basear na independência de classe, que implica no combate anticapitalista.

Que se convoquem assembleias e plenárias de base por todo o país. Que se constituam comitês de luta antiimperialista. Ponhamos em pé a frente única antiimperialista e a aliança operário e camponesa.

01/05/99

Rondônia

Curso de formação política

O POR realiza o curso de formação política sobre a atualidade do Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels há mais de 150 anos.

No panfleto de convocação, destaca a situação presente de aguda crise do sistema capitalista e o aumento da opressão nacional e

social. Mostra que os saques às semicolônias têm sido cada vez mais violentos. E como a burguesia descarrega sobre as massas trabalhadoras o peso dessa crise. Termina destacando a importância de compreender o Manifesto do Partido Comunista, em que Marx e Engels revelaram que o desenvolvimento da grande indústria "socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz,

sobretudo seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis".

A formação política é essencial para forjar a militância revolucionária. Essa formação nada tem a ver com os estudos acadêmicos. Ao contrário, é parte do trabalho vivo de construção do Partido Operário Revolucionário. Partido esse de quadros, que assimilam a experiência histórica marxista, aplicada à realidade e a luta de classe atuais.



O significado da Plenária Nacional do Movimento Fora Daqui FHC e o FMI

Estimamos uns 300 militantes de correntes e movimentos. Compuseram a mesa senadores, deputados, ex-deputados do PT, representantes do Movimento Resistência do PT, a corrente CST (também do PT), um representante do MST e do PSTU. Estiveram presentes a Pastoral Social, movimentos populares e membros da Comissão de Fábrica da Volkswagen. Como se pode ver, foi um ato da esquerda petista e do PSTU, que via de regra segue os passos do reformismo.

No final do ato, depois dos parlamentares e representantes de correntes presentes à mesa falarem livremente, foi concedido 4 minutos às demais correntes e movimentos.

Seria improdutivo relatar minuciosamente o discurso de cada um. Resumiremos alguns aspectos essenciais que revelam o conteúdo político.

A Plenária Nacional foi aberta com o discurso do senador Lauro Campos (PT-DF). Atacou a política econômica do governo no sentido de que está destruindo o país. Discurso antigovernamental, mas de cunho nacionalista. Num determinado momento, defendeu as instituições do Estado burguês, condenando a ação do governo FHC de "desmoralizar" o poder legislativo e, por sua vez, este desmoralizar o poder judiciário.

O ex-deputado Ivan Valente (Força Socialista/PT) defendeu a necessidade de se livrar do governo que privatiza, destrói a educação etc. Em meio ao discurso radical, também de conteúdo democrático-nacionalista, explicou que o governo FHC perdeu "a legitimidade". Assim, indicou o sentido do "Fora FHC", ou seja, substituí-lo por um governo legítimo, noção essa extraída da democracia burguesa. Um governo legítimo é aquele eleito pela maioria e que conserva apoio popular. Nesse conceito, não importa o fato de que seja um governo dos capitalistas.

Luiz Eduardo Greenhalgh falou pelo Movimento Resistência. Fez o discurso mais inflamado, de conteúdo estritamente nacionalista (antiimperialismo nacionalista).

O PSTU foi um dos últimos a se pronunciar. José Maria de Almeida seguiu a mesma toada contra a política entreguista do governo. Diferenciou-se pela colocação de que era necessário construir uma "alternativa dos trabalhadores". Quem conhece as posições do PSTU sabe que se

trata de um governo proveniente de uma "frente dos trabalhadores", que, traduzindo para a situação concreta, tenha o PT como eixo eleitoral.

A bandeira "Fora FHC e o FMI" está condicionada à linha democrático-eleitoral e frentepopulista, embora ainda não tenha vindo à tona sua definição plena. As correntes do Bloco de Esquerda estão ajustando seus pontos de vista em relação à defesa de eleições antecipadas. Talvez a Plenária Nacional, marcada para maio, resolva definir melhor o objetivo eleitoral. Para nós, não há dúvida de que se trata disso. Os discursos democráticos-nacionalistas da Plenária Nacional deixaram evidente tal linha.

Ressaltou o fato da presença maciça da esquerda petista, que se encontra pressionada pelas posições direitistas do PT, a exemplo da capitulação dos governadores petistas à reforma neoliberal, a reunião de Lula com FHC, o posicionamento da direção nacional contra a bandeira de Fora FHC etc. A integração total do PT no Estado burguês estreitou as possibilidades de sua esquerda, principalmente eleitoral. Esta já não pode suportar as consequências da aberta colaboração de classe, que obrigatoriamente coloca o PT em situações pró-imperialistas (admite determinadas privatizações, defende alguns aspectos da reforma do Estado, da Previdência etc).

Tais correntes (O Trabalho, Força Socialista, Articulação de Esquerda, CST) ou seguem de maneira mais definida a evolução pró-capitalista do reformismo ou reagem para não se dissolverem no direitismo pró-imperialista. O deslocamento desta ala para a constituição de um Bloco com o PSTU centrista vem desse fenômeno. Ou seja, do fracasso da esquerda petista em se tornar maioria na direção do partido (esta era a esperança dos que diziam que o PT era um projeto em disputa, quando o POR dizia que já estava aburguesado) ou de evitar que o reformismo frentepopulista descambasse de vez para posições abertamente pró-capitalistas.

No seio da política burguesa, só cabem duas variantes bem definidas: pró-imperialismo e nacionalismo. Historicamente, o nacionalismo tende a se transformar em pró-imperialismo, conforme fracassa em seus objetivos nacionais-desenvolvimentistas e a desintegração mundial do capitalismo obriga as potências a

submeter ainda mais as semicolônias. O PT nasceu e cresceu sob essa poderosa pressão. Assim, tem procurado se localizar entre o pró-imperialismo dominante e o débil nacionalismo atual.

O nacionalismo, travestido de revolucionarismo, é expresso pela esquerda pequeno burguesa. É preciso que se diga que uma parte dessa esquerda (Greenhalgh, Ivan Valente) tem perdido espaço no PT, em virtude de fracassos eleitorais. O domínio da camarilha parlamentar e sindical (burocratas sindicais) tem crescido, sufocando a esquerda, que pouca influência pôde e pode ter no curso frentepopulista do PT. Lembremos o conflito em torno do apoio a Garotinho do PDT, no Rio de Janeiro, em detrimento da candidatura da esquerda, encabeçada por Vladimir Palmeira.

Por que descrevemos esse processo? Porque verificamos que o Bloco de Esquerda é mais um fenômeno originário da crise interna do PT, do que da política do PSTU. Essa afirmação não quer dizer que desconhecemos o trabalho do PSTU em canalizar a crise do PT para sua estratégia de um amplo partido de esquerda, no fundo reformista e distante do marxismo.

Não é por acaso que a maior representação na Plenária Nacional esteve a cargo dos petistas de esquerda. Sem dúvida, essa ala corre o risco de abrir uma ruptura no PT, que parece ser desejável por uma parte e não por outra. Tanto é que uma parte já se organiza em um movimento denominado "Resistência". Ob-

Nacional



servamos que a Plenária Nacional do Bloco tomou todo o cuidado de não atacar a política de conciliação de classe do PT e de não denunciar as situações concretas de capitulação frente ao governo FHC. Inclusive o PSTU seguiu a regra do silêncio, provavelmente pactuado com os aliados do Bloco.

No fundo, há uma discussão sobre o destino final da esquerda petista, que envolve o próprio destino do PSTU. Há uma ala, em ambos os lados, que aspira a uma unificação, para criar um novo partido com as características expressas no Bloco. Os impasses da esquerda eleitoral (reformismo radical) a em-

purram para tal solução oportunista. Não é possível saber ainda se o Bloco trilhará esse caminho, mas tal possibilidade está colocada.

Embora seja um movimento contraditório, porque se choca contra o direitismo do PT e ao mesmo tempo procura conservar a linha democrático-eleitoral pequeno-burguesa, o POR rechaça a linha geral do Bloco. Há sim uma tarefa colocada para todas as correntes que se reivindicam da luta contra o neoliberalismo e o governo FHC: constituir uma frente única antiimperialista, em torno de um programa de combate das massas à opressão nacional e social, frente dirigida pela classe operária e caracterizada pela aliança operário-camponesa.

Tal frente poderá responder a cada ataque da burguesia e às investidas do imperialismo. A formação de comi-

tês de base em todo país impulsionaria o trabalho de mobilização dos explorados pela frente antiimperialista. Organizaria a unidade da maioria nacional oprimida contra o governo FHC e a burguesia entreguista. Por essa via, é possível ganhar concretude entre as massas a bandeira de abaixo o governo dos capitalistas e pró-imperialista de FHC, e impulsionar a luta por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

O bloco tem outra perspectiva. Por isso, não tem como ajudar os explorados a superar a influência do reformismo e do burocratismo sindical, que lhes barram as conquistas pela luta de classes e a independência política. O POR se dirige ao Bloco, propondo-lhe a abertura da discussão de um programa de luta e constituição da frente única antiimperialista.

A Plenária Nacional do Bloco aprova a moção pela libertação de Vilma Plata

O POR utilizou os 4 minutos para expor a situação da militante trotskista e líder da greve dos professores de La Paz, Bolívia, pre-

sa pelo governo Banzer. Mostrou que sua prisão se deveu não só por liderar a luta mas fundamentalmente por encarnar a política revolucionária do POR boliviano entre os explorados. Ou seja, por expressar a estratégia da

revolução e ditadura proletária. A Plenária aprovou por aclamação a moção que será entregue ao Consulado boliviano, como parte da campanha pela libertação de Vilma Plata.

Reforma do Judiciário quer colocar o Poder Judiciário integralmente a serviço do Plano Neoliberal de FHC

A enorme campanha veiculada na grande imprensa defendendo a reforma no judiciário faz parte do esforço dos partidos que constituem a aliança governista em colocar o Judiciário a serviço do plano antinacional e antipopular ditado pelo FMI e aplicado pelo governo entreguista de FHC. A mentira de que se procura sanar esta instituição burguesa apodrecida esconde na verdade os interesses do grande capital nacional e das multinacionais, que em parceria têm interesses nas reformas em curso pelo governo federal.

O judiciário enquanto parte integrante do estado sempre defendeu os interesses mais gerais da classe dominante. No atual quadro de crise capitalista, tem que se alinhar em toda linha com os elos mais fortes da burguesia. As metas e diretrizes neoliberais aplicadas pelo governo FHC dependem do apoio e da conivência dos magistrados para que mani-

pulem com a lei cada vez mais. Por outro lado, o judiciário absorve uma importante parcela do orçamento, que deve ser restringido para o redirecionamento de recursos ao pagamento das dívidas do Estado com as metrópoles opressoras.

Como parte da reforma do estado, a reforma do judiciário intenta centralizar a instituição judiciária de forma a torná-la mais manipulável pelo governo central. Em São Paulo já é um fato a extinção dos tribunais de justiça, do trabalho e de alçada civil e criminal. Em contrapartida propõe-se formar um outro órgão maior e mais influenciável às metas do governo central. A extinção dos juizes classistas também é outro fato. A tônica é a mesma da reforma prevista para os estados: eliminar uma parte das burocracias regionais, reagrupá-las em instituições maiores e mais dependentes das verbas do orçamento do governo central e

por fim discipliná-las às metas do plano neoliberal.

As iniciativas de "moralização" da justiça através da devassa nos bens e patrimônios dos juizes não passa da roupagem hipócrita que esconde os interesses das multinacionais e das metrópoles estrangeiras. A corrupção, traço comum de todas as instituições do estado capitalista, não pode ser sanada por nenhuma CPI que venha do Congresso corrupto ou do executivo federal. Trata-se de substituir o ordenamento jurídico do estado capitalista opressor pelos organismos de poder da classe operária, que se afirmam pela revolução e ditadura proletárias e que agrupam as funções de legislar, de julgar e de executar. Para punir os juizes corruptos é necessária a constituição dos tribunais populares, instrumentos das massas oprimidas para varrer com todos os privilégios e a corrupção do estado capitalista.



O Plano Real e a corrupção burguesa

O governo FHC está marcado por escândalos de corrupção. Lembremos alguns: acordo Sivam (acordo comercial para favorecer uma multinacional norte-americana), Proer (socorro a banqueiros quebrados), compra de deputados para aprovar a Emenda da reeleição, denúncia de contas em paraíso fiscal envolvendo o Presidente da República etc. Agora, vem à tona as falcatruas no Banco Central para salvar banqueiros que especulavam no mercado futuro de valores. Mais ainda: vazamento de informações em favor de bancos internacionais, como Credit Suisse First Boston Garantia, Citibank etc.

São bilhões de Reais entregues aos especuladores. Enquanto isso, o governo corta até mesmo as verbas sociais mais insignificantes e golpeia fundo a vida das massas. Tudo para arrumar recursos a fim de pagar juros das dívidas interna e externa. E, claro, para sustentar o esbanjamento com banqueiros quebrados na jogatina e encher os cofres dos bem-sucedidos no cassino financeiro.

Os partidos da burguesia, por intermédio da CPI, pretendem dar a idéia de que o país se defronta com mais uma situação de má administração do dinheiro público. E, provavelmente, de utilização do Banco Central pelos diretores envolvidos para obterem vantagens pessoais. Explicam à população que se trata de um fenômeno isolado. Lamentam que homens públicos, até ontem considerados grandes economistas e dedicados ao bem do país, se mostrem aproveitadores (na realidade, ladrões).

É sempre assim. Toda vez que o tumor vem a furo os politíqueiros correm a colocar um tapume sobre a origem da doença. Entretanto, a roubalheira é uma prática orgânica no Estado capitalista.

Os bandos que detêm o capital disputam entre si as vantagens que o Estado pode oferecer, seja "licitamente" pelo Orçamento ou ilicitamente pelos chamados "ralos". É considerado lícito, por exemplo, a dinheirama despendida a latifundiários do nordeste para irrigar suas terras; ou então a doada a montadoras para instalar plantas industriais (Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro). Também é legal entregar uma fábula pelas altas taxas de juros a banqueiros internacionais.

Se o saque foi à luz do dia, então é parte do desenvolvimento normal do capital. No caso do saque por meio de informações privilegiadas, é conside-

rado corrupção isolada. Mas a verdade é que o saque ilícito ou lícito correspondem aos interesses dos capitalistas, que como tais são contrapostos aos da classe operária e demais explorados.

O Estado é uma ferramenta a serviço da burguesia, classe que detém os meios de produção e explora violentamente as massas trabalhadoras. O saque legal e ilegal refletem a relação da burguesia com seu Estado. Espelham a economia política dessa classe historicamente putrefata.

Não é por acaso que os bilhões de socorro a banqueiros (o Proer foi saque legal; a venda de dólares abaixo do valor aos bancos Marka/FonteCidadam está em discussão se foi ou não legal) estão vinculados à edificação e desmoronamento do Plano Real. As diretrizes econômico-financeiras, especialmente em situação de crise, quebram alguns capitalistas e favorecem enormemente outros, aumentando-lhes a concentração de capital.

O escândalo de venda de informações (alta propina) e venda de dólares muito abaixo do valor correspondem às relações ilícitas em torno da política econômica do governo. É apenas a contraface do Proer legal. Toda essa movimentação financeira é parte das negociatas de capitalistas com o Estado burguês. O escândalo explode porque nem todos podem tirar o mesmo proveito e outros, inclusive, perdem com as medidas governamentais.

Cada situação de corrupção e de luta interburguesa constitui um elo da cadeia concorrencial em torno da quebra e acúmulo de capital. O Plano Real foi concebido dentro dessa cadeia. Resultou num dos maiores saques do Estado em benefício da oligarquia financeira. Prova disso: elevou às alturas o endividamento estatal, entregou estatais e carregou bilhões para os financistas em juros, amortizações, isenções etc.

Se tais transações afetassem apenas a burguesia num jogo de ganha e perde, de quebra e concentra, não teria a menor importância para os explorados. O problema está em que a população trabalhadora é quem paga o rombo. Para sustentar o Plano Real, ou seja, o saque pró-imperialista e pró-oligarquia nacional, o governo investe contra os salários, os empregos, a Previdência e as elementares conquistas sociais. Afeta a base produtiva do país e impõe retrocesso às forças produtivas. Reforça o domínio do capital imperialista sobre o

Brasil semicolonial.

Está aí o contexto mais amplo da corrupção burguesa. Pode ser o governo que for, enquanto perdurar o capitalismo, a política econômica alimentará o parasitismo burguês. Sua forma variará conforme a situação, poderá ser mais lícito ou ilícito. Mas seu conteúdo de saque das riquezas produzidas pelos explorados permanecerá o mesmo.

Somente a classe operária aliada aos camponeses poderá erradicar a podridão burguesa

A CPI é um meio de disputa política interburguesa. Suas investigações apenas expõem parte pequena da corrupção. Acaba por acobertar sua raiz e proteger o Estado. De forma alguma a CPI revelará a amplitude do parasitismo financeiro dos bancos e toda sorte de tráfico de influência sobre o governo. A oligarquia financeira concentra enormes poderes. Comanda as relações econômicas e políticas no interior do Estado e controla em última instância a maioria dos partidos.

Os reformistas e estalinistas (PT e PCdoB), bem como os esquerdistas centristas (PSTU e correntes abrigadas no PT), defendem as CPIs como se estas pudessem abrir caminho contra determinadas frações ou contra o conjunto da burguesia. Tais ilusões democráticas são próprias de correntes que não têm por estratégia a destruição do capitalismo através da revolução social. Para se compreender isso, é necessário não se impressionar com o palavreado socialista dos defensores das CPIs. Seu socialismo se dissolve no âmbito do

Nacional



parlamento e da tática eleitoral. Por isso, fazem apologia da CPI e reduzem as denúncias a um fim em si mesmas.

No caso do centrismo (PSTU, O Trabalho, ASS), em que tal linha não aparece com tanta evidência, ocorre que segue pela esquerda os passos do reformismo. Utiliza a CPI para exigir coerência e decisão dos reformistas nas lutas intestinas ao parlamento.

Opomo-nos a essa posição. Dizemos que só os trabalhadores poderão acabar com a corrupção burguesa, por intermédio da luta direta, das manifestações grevistas e levante de massa. Esse caminho de classe rechaça de início a idéia de moralizar o Estado e a política patronal.

A corrupção em

meio a tanta miséria dos operários e camponeses, a tanta opressão sobre a classe média urbana arruinada, é a prova mais cabal de degenerescência da classe capitalista. Esta deve ser destruída pela revolução proletária. Ser expropriada dos meios de produção e seu Estado liquidado, em favor de novas relações econômicas (socialistas) e políticas (Estado operário).

Sem que a base econômica passe para o controle da classe operária, unida aos camponeses pobres, a riqueza não pode ser direcionada para a coletividade e não tem como as forças produtivas seguirem um planejamento social. Se se pretende acabar com os saques, os desperdícios e a corrupção, e direcionar a economia para solucionar a fome dos explorados, é preciso evitar qualquer ilusão no parlamento, nos partidos burgueses e no reformismo revestido de trabalhador.

Contra a corrupção, devemos contrapor as reivindicações das massas - salário mínimo real, escala móvel

das horas de trabalho, reposição de todas as perdas, Previdência, saúde e educação públicas. E ligá-las às bandeiras antiimperialistas (não pagamento da dívida externa, reestatização sob o controle operário) e anticapitalistas (expropriação do grande capital). Tem sentido denunciar o banditismo burguês se for para defender junto aos explorados o programa transformador e o levante revolucionário de massa. Se for para mostrar à maioria nacional oprimida a necessidade de se unir em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Em contraposição às manobras burguesa através das CPIs, defendemos a constituição de um Tribunal Popular, formado por representantes da classe operária, camponeses e classe média pobre. Julgamos a corrupção no Estado como um crime de classe contra os explorados que passam necessidades e contra a economia do país.

Ceará

“Pacotaço” ataca funcionários públicos

Chegou à Assembléia Legislativa o projeto do governo Tasso (PSDB) de descarregar nas costas do funcionalismo público a crise engendrada pela decadência do capitalismo e pelo saque do imperialismo sobre o país. As medidas propostas, entre outras coisas, liquidam com o IPEC (Instituto de Previdência do Estado do Ceará), ampliam a contribuição previdenciária do servidor público para 29% sobre os vencimentos, obrigam os aposentados a contribuir, eliminam a progressão horizontal (quinquênios), extinguem a licença-prêmio, entre outras conquistas.

A desculpa do governo antinacional e antipopular de Tasso é a falta de recursos. A mesma desculpa que usou para privatizar a Coelce (companhia de Energia Elétrica) e a Teleceará (Empresa Tele-

fônica), demitindo trabalhadores, piorando a qualidade dos serviços prestados e aumentando o lucro dos grupos econômicos que ganharam de presente.

Na verdade, o que falta no bolso e na mesa do servidor, sobra nas mãos do imperialismo e dos grupos empresariais. Para o governo do Estado pagar em dia seus compromissos com os organismos internacionais, isentar de impostos empresas que se instalam no Ceará, fornecer infra-estrutura para a iniciativa privada. Como o Porto de Pecém e, afundar o Banco do Estado (BEC) em empréstimos “de mãe” para capitalistas, não faltam recursos. Agora, para pagar o funcionalismo, manter um sistema de saúde e de educação públicas e de qualidade e financiar pequenos agricultores, entre outras medidas necessárias, não há dinheiro. Porque o governo Tasso, a Assembléia Legislativa, o Poder Judiciário e o aparelho burocrático estão a serviço da burguesia, dos latifundiários e do imperialismo (FMI, multinacionais). Por isso, quanto mais se aprofunda a crise, mais sofrimento, desemprego, fome, miséria, arrocho salarial e ataque às conquistas dos trabalhadores.

Também, em Fortaleza, o objetivo do governo municipal de Juraci Magalhães (PMDB) é trilhar o mesmo caminho, acabar com o IPM (Instituto

de Previdência do Município), estabelecer contribuição aos inativos, fechar postos de saúde, ampliar os contratos temporários, eliminar os aditivos para os professores, entre outras medidas antipopulares.

Enquanto isso, as direções do movimento primam em questionar essa ofensiva como “autoritária e inconstitucional”, que “não está sendo discutida com a sociedade”, daí a prioridade à pressão parlamentar e às ações na Justiça, de acordo com o programa do reformismo (PT, PCdoB) de aliar-se com os setores “democráticos progressistas” dos empresários e latifundiários.

No entanto, o caminho para barrar o “pacotaço” é outro. Somente a mobilização do funcionalismo em aliança com os operários, estudantes, desempregados, camponeses e demais oprimidos, porá o governo na parede. Para isso, é necessária uma nova direção para o movimento, baseada na estratégia da revolução e ditadura proletárias, na luta de classes não na conciliação com os opressores do povo.

É preciso organizar os comitês de base e preparar uma pauta de reivindicações, tendo como eixo: Abaixo FHC, Tasso e Juraci! Fora o FMI! Frente Única Antiimperialista! Governo Operário e Camponês!



Por que a burocracia petisca impede o POR de falar no ato do dia 26?

Dada a atual conjuntura de ataques dos governos FHC, Garibaldi e Vilma, é o momento dos trabalhadores unificarem suas lutas e pôr abaixo essa política contra as massas.

No ato do dia 26/03, a burocracia petista impediu o POR de falar com a justificativa de que nós não mobilizamos. É preciso esclarecer a esses burocratas de gabinetes que o POR mobiliza e também constrói o movimento, pois os fatos desmotam qualquer falseação. Por isso, perguntamos:

Quem estava na ocupação na Câmara, onde tentávamos barrar a reforma da Prefeita, enquanto parte do PT estava a fazer acordos com Vihna? A militância revolucionária ou o PSB que implementa a mesma política de FHC/FMI e que jogou a polícia em cima dos servidores quando estes reivindicavam seus direitos? O PSB pôde falar no ato.

Quem contribui com o MST através da Regional do Sinte Ceará-Mirim, que é dirigida pelo POR/PSTU? Será o PDT de Brizola que cria grupos de jagunços para matar Sem-Terra?

O PDT também pôde falar no ato. Quem mobilizou professores e estudantes em Ceará-Mirim para o ato?

Quem estava nas atividades nos bairros organizada pelo Fórum de servidores?

Como se vê, companheiros, a política desenvolvida pela burocracia já está clara! Numa situação em que os ataques às condições de vida dos trabalhadores são tão brutais, o PT e as direções da CUT submetidas a este jogam um papel traidor, se aliando a um setor da burguesia descontente com a política ditada pelo FMI e aplicada por FHC.

Essa mesma política é desenvolvida no sindicato dos metalúrgicos em São Paulo (São Bernardo do Campo), quando militantes do POR foram agredidos pelos capangas da direção porque entregavam panfletos. A burocracia reage com violência contra o POR porque sabe que as denúncias da política de conciliação e a defesa de propostas classistas para o movimento operário cedo ou tarde fortalecerão a tendência revolucionária do proletariado.

A defesa da democracia operária e a condenação da violência no interior do movimento contra qualquer corrente que se reivindica classista e revolucionária é parte da tarefa de superação da crise de direção.

Abaixo essa burocracia reformista!

Abaixo FHC, Garibaldi e Vilma!

Greve geral por tempo indeterminado!

-Pela frente única antiimperialista!

-Pela formação de tribunais populares e comitês de auto-defesa!

-Pela expropriação do latifúndio e distribuição de terra aos camponeses pobres!

Pelo governo operário e camponês! Pela ditadura do proletariado! Morte a burguesia e seus comparsas!

NACIONAL

Violência e barbárie capitalista

Segundo dados da própria imprensa burguesa, o número de pessoas mortas por policiais militares e civis tem aumentado nas grandes cidades do Brasil. Em São Paulo, apenas entre janeiro e novembro de 1998, a quantidade de mortos foi superior aos doze meses de 1996 e de 1997.

De acordo com dados oficiais nos 11 primeiros meses de 1998, foram mortos 417 pessoas por policiais militares. Em 1997, 405 e em 1996, 368 pessoas. Dessa soma parcial do ano passado, 282 mortes ocorreram quando os PMs estavam em serviço e 135 nos momentos de folgas, os chamados "bicos".

Os números relativos à polícia civil também apresentaram o mesmo aumento. Com uma diferença: superaram os totais registrados desde 1990.

A polícia do Rio de Janeiro não deixa por menos, mata cinco vezes a mais que a polícia de São Paulo, que mata duas vezes mais que a polícia de Nova York, cidade que na década de 90 se converteu em "exemplo mundial" de segurança pública.

Além disso, a criminalidade vem crescendo junto com a intensificação da ação da polícia. Entre janeiro e setembro de 1998, a polícia prendeu 26% a mais que no mesmo período de 1997. Nesse intervalo, no entanto, o índice de homicídio subiu 14%, de roubos 22% e de furtos 15% em comparação com os casos registrados em 1997.

Cabe lembrar que a burguesia tem reivindicado e muito uma polícia mais aparelhada. No caso de São Paulo, por exemplo, o governo Covas atendeu essa cobrança: aumentou o contingente e equipamentos. A polícia continua matando cada vez mais

e a criminalidade tem aumentado.

Mas que conclusão podemos tirar disso tudo?

Devemos considerar que toda essa criminalidade está intimamente ligada às mazelas causadas pelo sistema capitalista. Um sistema que dá todos os privilégios à classe burguesa, reservando à ela todas as riquezas produzidas pela classe operária. Em contrapartida, empurra à marginalidade aqueles que produzem essas riquezas. Além disso, com a crise desintegradora do sistema, o único remédio receitado pelos capitalistas é aumentar a taxa de exploração sobre os que trabalham e com isso aumenta a miséria que é o grande elemento gerador da criminalidade. Para conter os efeitos causados pela miséria das massas, o capitalismo conta com seu braço armado que é a polícia, cuja função é a de manter a exploração e opressão da classe operária.

Como se não bastasse, a burguesia ainda conta com a colaboração dos reformistas. Estes não fazem outra coisa a não ser conchamar a mentira, ou seja, reivindicam uma polícia humanitária. Como se isso fosse possível. O que pretendem os reformistas é ocultar o fato de que se a crise social é bárbara não se pode esperar do braço armado do capitalismo a não ser uma ação também bárbara.

Enquanto muito operários arruinados são mortos pela ação policial, os reformistas, por meio de suas mentiras, fazem de tudo para iludir, os que ainda não foram mortos, para que esses não busquem a única saída viável para pôr fim a toda essa barbárie, ou seja, se armar e lutar para destruir o capitalismo e junto com ele sua polícia.



Sinte de Ceará Mirim denuncia

Boletim Regional de Ceará-Mirim denuncia a farsa do Fundef, a corrupção, a reforma privatista da educação e os violentos ataques governamentais sobre as massas trabalhadoras, arrojando os salários, demitindo e eliminando conquistas sociais.

Mostra que as reformas que vêm sendo impostas no país estão a serviço do grande capital nacional e imperialista. Este é protegido em detrimento da miséria dos trabalhadores. O Brasil se torna cada vez mais pobre e submisso às potências imperialistas. O governo FHC cumpre à risca as determinações dessas potências e se torna cada vez mais violento contra a maioria nacional oprimida. Basta que lembremos

dos massacres de Eldorado dos Carajás (que permanece impune), de Corumbiara, dos inúmeros Sem-Terra assassinados, da repressão às greves e dos milhares de jovens mortos pela polícia.

Por outro lado, denuncia as direções sindicais burocráticas que colaboram com as reformas governamentais, mantêm os assalariados desorganizados e utilizam do poder para perseguir funcionários.

Por fim, defende a ação direta das massas para enfrentar os planos governamentais. E: Reajuste salarial automático; incorporação do abono e gratificação; um plano de cargos e salários, que contemple as reivindicações vitais de todos os trabalhadores da educação; eleições diretas para direção de escola; construção de uma greve geral no país para pôr abaixo o governo Garibaldi, FHC/FMI e de uma Frente Única Antiimperialista, com a finalidade de travar a luta pela destruição do

capitalismo e construção do governo operário e camponês.

"O desmonte da farsa!"

"A imprensa, que hoje diz que não há desemprego, que não há inflação, que não há crise, que o dinheiro do COSERN foi investido na área social, hoje coloca Ceará-Mirim como uma das cidades que investiu corretamente os recursos do Fundef. Os trabalhadores em educação podem comprovar a verdade dos fatos.

Ceará-Mirim é uma das cidades que mais recebe recursos, e no entanto os trabalhadores em educação não recebem corretamente seus salários, algumas escolas estão em péssimas condições de funcionamento, faltando carteiras, energia elétrica, com salas superlotadas etc. Os professores têm suas carteiras de trabalho assinadas com um salário de 147 reais. Como a prefeitura explica isso?"

Edição

Professores - SP

Covas extingue 57 delegacias de Ensino, uma medida para ampliar a municipalização e a centralização do Estado

Desde 1995, o governo vem eliminando as delegacias de ensino. Na capital, inicialmente foram três e em 1999 são mais 54, atingindo todo o Estado. No interior, ficarão 61, na Grande São Paulo, 15 e na capital, 13 delegacias. De 146 resultariam 89.

Utilizando a farsa da autonomia das escolas, a Secretária da Educação disse que se trata de uma medida para corrigir distorções da administração, pois esse elevado número de delegacias se justificava há duas décadas atrás, quando não havia informatização. E que com o advento da autonomia escolar, houve uma descentralização e os recursos são enviados diretamente às escolas. Portanto, de um lado, as distâncias se encurtaram e, de outro, boa parte do trabalho, que era executado pelas delegacias, está agora a cargo das unidades escolares.

O verdadeiro conteúdo da medida de extinção das delegacias

O fechamento das delegacias de ensino é parte da reforma da educação,

A chamada racionalização da estrutura administrativa vem no sentido de dar continuidade à municipalização da maioria das escolas e matrículas do Estado de São Paulo. A municipalização do ensino fundamental já atingiu 1000 escolas e mais de 700 mil alunos da rede estadual já foram transferidos para os municípios. A Secretaria da Educação aponta que 470 prefeituras assumiram parte ou a totalidade desse nível de ensino. Fica evidente, que com a municipalização se tornam obsoletas as delegacias estaduais. Isso porque no município existe a Secretaria municipal de educação, por onde o Estado imporá a centralização da rede.

As delegacias que ainda permanecerem estarão sujeitas a fechamento, dado que a municipalização não atingiu a capital, vários municípios da Grande São Paulo e cidades do interior. A realização do Censo Escolar e a notícia de realização de matrículas para o ano 2000 no início de segundo semestre cumprem o objetivo de concluir esse processo de transferência da responsabilidade do Estado para os municípios. Até por que o Estado tem pressa em implantar a reforma no ensino médio, que está sob a sua incumbência.

O governo fala na economia de 16 milhões por ano. O corte atingirá em cheio os funcionários e professores. Dos 2300 trabalhadores das delegacias extintas, 700 funcionários serão demitidos. São os que ocupam os cargos de limpeza, operacionais e motoristas. Os 900 professores que estavam ligados às oficinas pedagógicas deverão voltar às escolas e os contratados serão demitidos. Hipocritamente, o governo diz que aproveitará os ACTs no reforço escolar e recuperação de férias. A

proposta do governo é de oferecer trabalho um mês por ano (janeiro) ou três aulas por semana no reforço para os ACTs. A economia de gastos será despejada sobre os trabalhadores da educação, pois diretores, supervisores e delegados serão aproveitados ou em outras delegacias ou nas escolas.

A extinção das delegacias não é uma medida particular do governo Covas. Como faz parte da reforma educacional, atingirá os demais Estados. A própria Secretária da Educação afirma que "Minas Gerais, Bahia e Paraná já estão realizando estudos para enxugar a estrutura". A municipalização e as demissões são mecanismos da reforma do ensino e com ela virão o fechamento de escolas e delegacias.

As direções burocráticas se calam diante da medida

O CPP, Udemo e Apase estão de acordo com o governo: é preciso municipalizar e demitir. A diretoria da Apeoesp denunciou e se limitou a dizer que se trata de uma medida autoritária do governo. Roberto Felício disse à imprensa que "não houve uma negociação" e que o sindicato só ficou sabendo das mudanças quando já estavam tomadas. E apresentou a proposta de "reivindicar emprego aos professores pelo menos até a próxima atribuição de aulas". Ou seja, por mais seis meses. A diretoria da Afuse, diante das 700 demissões de funcionários tenta achar uma forma de convencer o governo de aproveitá-los nas escolas, contratando-os pela APM, com salário mais baixos. Tanto a Apeoesp quanto a Afuse se colocaram contra a realização de assembleias para deliberar



a resistência contra as demissões, que hoje são 1600 e que logo mais se multiplicarão.

A conduta das direções sindicais de não organização da luta contra as demissões e a reforma educacional do governo tem favorecido a implantação das medidas governamentais. A conciliação de classe é uma das características das burocracias sindicais: não organizam a luta e estão sempre querendo remendar as medidas anti-educação do governo. Quando o governo demite 1600, os burocratas reivindicam negociar para "garantir o emprego por 6 meses", como faz a diretoria da Apeesp. Nunca estão a serviço da organização e mobilização da classe e dos trabalhadores em geral para enfrentar os planos privatistas e de demissão dos educadores.

Nossa luta contra as medidas do governo

Não defendemos a existência das delegacias de ensino e outros órgãos governamentais de centralização da educação. Ao contrário, somos pelo fim de todos os mecanismos de mando do Estado burguês sobre as escolas. Defendemos a autonomia integral das unidades escolares da administrativa à pedagógica. O papel do Estado é unicamente sustentar financeiramente o ensino, que deverá ser público e gratuito em todos os níveis (das creches às universidades).

Nossa bandeira de autonomia integral está inteiramente ligada à constituição dos conselhos de escolas, comissões de trabalhadores de educação, de organiza-

ção dos grêmios estudantis livres. São os organismos de base que devem controlar a educação. Nenhum dedo do Estado pode ser colocado na vida das escolas.

Nenhuma demissão, abertura de escolas e salas de aulas, nenhum aluno fora da escola, ensino público, gratuito, laico e autônomo. Rechaçemos a reforma educacional privatista do governo e lutemos por uma escola enraizada na produção social. Que a Apeesp convoque imediatamente uma assembléia estadual, amplamente divulgada, para aprovar a luta contra o desemprego e a reforma educacional do governo.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciada no Massas n.º 160

Congresso Nacional

Os estatutos dispõem a reunião anual do Congresso partidário, mas importantes acontecimentos políticos podem justificar a realização de congressos extraordinários e uma aguda repressão (clandestinidade) adiar a data de sua realização.

Devem ser esgotados todos os recursos para assegurar que o congresso tenha uma preparação adequada e uma representação real de força numérica alcançada pelo Partido. A clandestinidade pode introduzir modificações obrigatórias a este esquema ideal, sobretudo com respeito a representação.

a) Atribuições

O Congresso conhece e discute as atividades do Comitê Central (CC), analisa a situação Política e fixa a linha que seguirá o partido até a próxima reunião nacional; pode introduzir modificações no programa e nos estatutos, designa o Comitê Central e seu Secretário Geral. Estas são atribuições exclusivas do Congresso o que o torna a autoridade máxima do Partido. Os Comitês Regionais, as células, os militantes que tivessem sido sancionados pelo CC têm o direito de recorrer ante o Congresso como apelação (que julga em última instância), salvo caso de traição, delação ou apropriação de fundos partidário, quando será negado este direito.

b) Preparação

O CC abrirá um período de preparação do Congresso em escala nacional, durante o qual se discutirão nos Comitês Regionais (CRs) e, nas células, os documentos apresentados. O CC fixa a agenda da discussão do Congresso e apresenta os documentos básicos nos Boletins Internos, a fim de que sejam conhecidos pelas células e estas possam pronunciar-se. A edição dos Boletins Internos (BIs), os quais devem conter os documentos, proposições, emendas e votos das células e dos militantes. Desta forma se assegura a democracia interna e se efetiva a elaboração coletiva, pela militância, da linha política

partidária. No Congresso não se permite a discussão e votação de documentos e problemas que não forem conhecidos ou discutidos previamente pela militância, pois isto é considerado atuar de costas a estas (flagrante caso de violação da democracia interna).

c) Representação

Assistem como membros natos do Congresso os componentes do CC que termina, ainda que sem direito a voto, salvo o caso de serem designados como delegados e os delegados dos diferentes CRs, designados pela militância agrupada em células (não têm representação os organismos especiais: impressão, trabalho militar etc.) Os delegados se designam em proporção ao número de militantes (um delegado por tal número de militantes). Os delegados devem ser produto da eleição direta por parte da militância e não se permite que sejam escolhidos desde cima. Constitui um vício que violenta a democracia interna dividir o país em regiões política e economicamente importantes e dar cotas de delegados conforme este critério. Para nós os CRs mais importantes são aqueles que realizam um bom trabalho político e têm maior número de militantes, isto acima de que tal ou qual zona seja politicamente mais ou menos importante com referência ao conjunto nacional.

Podem assistir como convidados alguns elementos pertencentes a outras organizações (em condições de ampla vigência das garantias democráticas, também se farão presentes numerosos militantes e simpatizantes, para quem o Congresso pode ser uma fonte de aprendizagem, estes elementos têm direito a fazer uso da palavra, mas em nenhum caso podem votar. O direito de voto é exclusivo de delegados que representam a militância.

Na prática do Partido, só se reconhece o direito de um voto por delegado, conforme a tradição internacional. Pode se dar o caso de um delegado que assuma representação dupla, tripla (isto por razões excepcionais, sobre tudo em casos de repressão), nos parece que nestas eventualidades se lhes deve reconhecer dois ou três votos.

As frações têm direito de enviar seus delegados, dentro das normas que assinala o CC, esta representação será em todos

os casos minoritária. As frações enviarão delegados através dos CRs, porque este é o âmbito normal de suas atividades.

No Partido, não é admitido o mandato imperativo. Os delegados têm a obrigação de informar acerca dos acordos de seu CR ou de sua célula, mas gozam de ampla liberdade para emitir seu voto como acreditem ser conveniente, devendo ser respeitadas as modificações de critério que eles ocorram, esta mudança de opinião não é fator suficiente para que a célula ou um CR mude seu delegado. Isto se explica porque o Partido é uma unidade e realidade acima das células e dos CRs, que formam parte integrante daquele.

d) Obrigatoriedade das Resoluções

As resoluções adotadas pelo Congresso são obrigatórias para todos os Comitês, células e militantes em geral (as comissões especiais não estão excluídas desta obrigatoriedade). Os CRs e os militantes organizados em células podem (e devem) fazer conhecer suas divergências às decisões do Congresso, mas isto não impede o cumprimento estrito e disciplinado destas resoluções.

A discussão interna, que pode dividir a militância em frações opostas, cessa com a votação a que são submetidos no Congresso os diversos problemas. Os acordos sancionados pelo voto majoritário se convertem na linha oficial do Partido e devem ser rigorosamente aplicados na atuação exterior, incluindo a realizada pelas frações.



Fortalecimento do Comitê de Enlace para a Reconstrução da Quarta Internacional

Lutamos pelo fortalecimento do CERQUI, defendemos seu fundamento programático (Programa de Transição), porque constitui a célula matriz para a poderosa Quarta Internacional que esperamos.

Um Passo Transcendental da Fração do POR Argentino

O movimento revolucionário (trotskista) continental deve aplaudir a constituição da "Fração do POR (Argentina) Contra o Centristismo e o Revisionismo" (janeiro de 1999). Esta forma de apresentar o nascimento da Fração é a síntese de seu programa e do caminho que recorrerá no futuro próximo.

Dentro do centralismo democrático só se pode permitir a formação de frações a partir

da elaboração de uma tese programática, isto fizeram os camaradas.

Pontos Programáticos:

A Fração começa declarando (Resolução n.º 1)

"A estratégia do Partido revolucionário na Argentina e também para o Chile é a Ditadura do Proletariado (governo operário e camponês) como escala imprescindível na edificação do Socialismo, até a sociedade sem classes, o comunismo."

Os centristas opõem a esta finalidade estratégica e consigna de "Governo operário e popular provisório revolucionário, chamado a garantir a Assembléia Constituinte Revolucionária". Esta palavra de ordem pode ser subscrita entusiasticamente por nacionalistas, os esquerdistas democratizantes, os estalinistas etc. É do gosto de todos porque entrega o movimento de massas à burguesia democratizante.

Acertadamente a fração trotskista defende com firmeza, ante a "canalhada dos revisionistas", as palavras de ordem do POR boliviano sobre a questão.

A consigna da "Assembléia Constituinte" se aplica nos países que não

conhecem a experiência negativa da república democrático-burguesa.

A Confissão dos Arrivistas e Delinquentes

O POR Boliviano e a Fração Contra o Centristismo e o Revisionismo, definem a seus militantes como bolcheviques, como revolucionários profissionais, vale dizer, como elementos que entregam sua vida à causa proletária e que estão devidamente preparados para o trabalho conspirativo. Esta forma de colocar a questão organizativa busca arrancar todas as manifestações de degeneração próprias dos aventureiros e oportunistas. Em muitos grupos que se proclamam do campo da revolução, os espertalhões, os carreiristas e megalomaníacos, arrumam formas de se aproveitar dos fundos partidários como soldo por seu trabalho. Bolívia é um bom exemplo da luta honesta e sacrificada por mais de meio século. Os revisionistas argentinos estão condenados a acabar como vulgares traficantes.

extraído do jornal "Masas" boliviano n.º1659

Internacional



Fração argentina rompe com revisionismo centrista e se reivindica do Cerqui

Publicamos abaixo resolução de ruptura da fração argentina do POR.

Resolução sobre o trabalho internacional, CERQUI

O CERQUI é o embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista. Apresenta-se no terreno internacional como expressão do marx-leninismo-trotskista frente aos "comitês de enlances abertos", "refundações de quartas", aqueles que apregoam por uma V ou por voltar ao princípio, como se nada tivesse passado durante mais de um século.

1) Nossa organização POR Massas defende a existência do

CERQUI como embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista e reivindica sua pertença plena em base ao apoio às suas resoluções do 1o Congresso, Resolução para o Trabalho Internacional -12 pontos - e seus estatutos. Solicita ao CERQUI o reconhecimento público de nossa organização como Secção Argentina e se caracterize a Fração centrista e Revisionista que orienta Gustavo Gamboa como impostora, que deve retirar toda alusão a sua pertença ao CERQUI, com o qual rompeu formalmente em seu VIII Congresso, e não utilizar a sigla partidária "POR Massas" já que este nome obedecia a uma definição política com a qual a Fração rompeu. Solicitamos às Seções do CERQUI que se façam pública esta solicitação e sua determinação.

2) O trabalho de ruptura levado adiante pela Fração Gustavo Gamboa

foi facilitado pelas deficiências do CERQUI em sua intervenção ao não combater a fundo os desvios revisionistas que foram aparecendo e as violações ao centralismo democrático. Não ter levado adiante consequentemente essa luta deixou livre o terreno à confusão, a manobra e o preconceito.

3) O CERQUI não deve ter um funcionamento federativo, deve erigir-se como partido a partir de suas conquistas programáticas e aplicar o centralismo democrático intervindo em todas os desvios que possam se apresentar em suas seções. Não concordamos com a idéia de deixar a sua sorte que as seções amadureçam como podem. A direção do CERQUI, suas seções mais sólidas, devem ajudar a evolução e compreensão dos problemas que vivem as seções mais débeis. Rechaçamos toda idéia de que

a Internacional deva ser "aberta" ou "paritária" ou uma "liga".

4) Não reivindicamos uma direção paternalista mas sim uma direção que se prepare para jogar o papel de direção internacional, como a III Internacional dos primeiros quatro Congressos. É necessária uma direção que ajude a amadurecer os quadros dirigentes das seções para cumprir com a tarefa histórica de construir o programa da revolução social em cada país, como parte inseparável do programa da revolução socialista mundial, a IV Internacional. Trata-se de pôr em pé os partidos da revolução proletária combatendo todos os desvios que se apresentam nessa tarefa insubstituível.

5) A aplicação com todo o rigor do centralismo democrático no CERQUI e as seções devem expressar-se em uma viva luta interna para poder coletivizar todos os debates, caracterizações, críticas, para poder superar todas as limitações. É imprescindível estimular a crítica de todo o militante do CERQUI diante de suas principais questões políticas. O CERQUI deve avaliar suas atividades e sua política e autocriticar suas deficiências e erros por escrito para facilitar sua compreensão e superação.

6) A decisão de fevereiro de 1998 de suspender a Seção Argentina permitiu que a Fração Revisionista criasse uma grande confusão no Partido apoiando-se na ambiguidade dos termos daquela resolução (que no prin-

cípio suspendia ou dissolvia a organização, o que rechaçávamos). A ausência de luta política aberta da direção do CERQUI contra os desvios e a falta de presença física para combater em todos os seus termos o revisionismo e as violações ao centralismo democrático de Gustavo Gamboa, permitiu a este e sua Fração, durante vários meses, avançar em um processo de desintegração política e organizativa, produzindo-se um enorme dano e retrocesso do POR argentino. Potenciou um setor revisionista que trabalhava pela destruição do CERCI. Nossa Seção foi ser informada oportunamente sobre os métodos fracionais desenvolvidos por G. Gamboa em outras seções, alheios à mais elementar prática bolchevique, (como "urgar nas bases" ou abrir investigações sobre o trabalho clandestino etc) por trás das resoluções do Comitê Central Argentino ao qual ele pertencia.

7) Os militantes do CERQUI na Argentina autocriticamos por não termos sido consequentes na luta contra os desvios centristas-revisionistas de G. Gamboa na hora em que foram aparecendo, não compreendendo no princípio sua essência e seu alcance. Esta autocritica corresponde em primeiríssimo lugar aos camaradas que desempenham papel de direção. Compreendemos a importância de prestar atenção crítica a todos os problemas e a necessidade de combater os desvios teóricos por pequenos que possam aparecer como método de de-

fesa e construção do programa proletário.

8) Nossa Organização desde já se põe à disposição para o trabalho internacional, sobre as bases programáticas que assinalamos. Estamos abertos para debater e trabalhar com todas as correntes que se reivindicam da classe operária sobre uma base mínima de acordos programáticos, e não somente os acordos que possam ter diante de um fato conjuntural da luta de classe. A reconstrução da IV Internacional deve apoiar-se em sólidas bases programáticas. Todas as experiências oportunistas de tratar de substituí-lo por acordos em alguns pontos gerais, postergando o debate de questões teóricas de caráter essencial para nosso movimento, terminam em completos fracassos. Não há desvios da tarefa que devemos desenvolver para o triunfo da revolução e ditadura proletária em escala planetária.

Abril/1999 - POR
Massas (Argentina)

Internacional



Bolívia

Realizou-se um grande Cabildo Aberto no Departamento de La Paz

Uma das experiências da América Latina espanhola colonial e que em alguns países sobreviveu foi o Cabildo Aberto, no início uma assembléia geral de toda a comunidade que discutia e deliberava sobre os principais problemas da municipalidade, hoje delegados das comunidades fazem esta mesma tarefa, passando por cima de autoridades, através da ação direta.

Na Bolívia os Cabildos tem funcionado quase que como soviets. Onde as massas radicalizadas contra o des-caso dos governos burgueses tomam para si as tarefas de reverter a situação.

Um exemplo disto foi o Cabildo que aconteceu em Achacachi no dia 20 de março. Com participantes dos dezesseis cantões (regiões administrativas) da Província de Omasuyos,

além de delegados das Federações do Magistério Urbano e Rural, dos Estudantes e dos Camponeses de La Paz. As principais discussões foram sobre a aplicação do plano pró-imperialista pelo fascista Banzer, cerca de cinco mil pessoas. Uma de suas principais deliberações foi a constituição de um Comitê de Defesa da Educação Fiscal Única e Gratuita e dos Recursos Naturais.

Resoluções adotadas:

** Rechaçar os três últimos decretos supremos que buscam destruir a educação pública gratuita;

** Exigir a renúncia do ministro da educação Hoz de Vila;

** Rechaço a lei das águas — que prevê a privatização de um serviço que até agora era gratuito;

** Rechaço à Lei do INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) por ser contrário aos interesses dos camponeses;

** Exigir a Imediata Liberdade para a Companheira VILMA PLATA.

Novos Cabildos estão sendo programados nas províncias do departamento de La Paz, sinal inequívoco de que as massas procuram a respostas de seus problemas através da ação direta.

Liberdade para Vilma Plata

O governo fascista de Banzer utiliza-se de processos penais fraudulentos para efetivar seu plano tenebroso de destruir os sindicatos. O Processo instalado contra nossa camarada Vilma Plata, dirigente da Federação dos Professores Urbanos de La Paz, está neste caso. Presa quando cumpria uma decisão da assembleia de impedir com que pessoas sem qualificação ocupassem o lugar dos professores em greve nas escolas, agora o governo condena o sindicato a pagar uma alta soma em dinheiro para libertar nossa companheira.

Os trabalhadores aqui no Brasil devem prestar sua solidariedade internacional com a companheira ajudando a contribuir financeiramente para que a valorosa companheira de tantas lutas possa ser finalmente solta. (Informe-se com o distribuidor deste jornal como poderá prestar o auxílio).

Mais Apoios na Campanha pela Libertação de Vilma Plata

Bolívia, El Alto

Dia 20 de março foi passado abaixo-assinado

na CEJA, que em pouco tempo conseguiu 150 assinaturas entre operários e camponeses desempregados.

Bolívia, La Paz

"Devemos nos mobilizar para conquistar a liberdade da valorosa e conseqüente dirigente, assim diremos na prática. NÃO abaixaremos nunca a cabeça ante o governo fascista!

Libertação imediata de Vilma Plata !
(de "Rojos" n.º 11, março de 99)

Espanha, Madri

Fax assinado por MONMPO, datado de 31 de março.

"Aderimos à campanha empreendida em favor da liberdade da companheira Vilma Plata".

O Comitê de Solidariedade com a lutadora encarcerada, difundiu outro pronunciamento pedindo a liberdade imediata de Vilma Plata

Argentina, Buenos Aires

"Solidariedade com Vilma Plata e adesão à campanha por sua libertação" (Fração Proletária Trotskista do Partido dos Trabalhadores Socialistas).

Argentina, Rioja

"Adesão dos educadores do PTS à luta pela liberdade de Vilma Plata."

Argentina, Neuquém

Professores, trabalhadores, estudantes de Neuquém estão enviando fax para autoridades bolivianas exigindo a libertação de Vilma.

Brasil, São Paulo

Enviaram mensagens de apoio: APEOESP sede central e subseções leste e oeste, Sindicato dos Professores Municipais, Sindicato dos Químicos e Plásticos, de vários centros acadêmicos.

Brasil, Natal (RN)

Enviaram mensagens de apoio: SINTE-RN, sindicatos de: Bancários Comerciais; Asseio e conservação; FETAG-RN; Vigilantes, Transporte Ferroviário; Servidores Públicos Municipais; Correios e Telégrafos, Serviço Público Federal; Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores; UMES-Natal

Brasil, Ceará-Mirim (RN)

Enviaram mensagens de apoio: SINTE; Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Ceará-Mirim

Alemanha; Frankfurt

O Jornal Solidariedade difundiu em 23 de março um chamado para se lutar em favor da liberdade imediata de Vilma Plata, encarcerada em La Paz. Solidariedade considera que o governo burguês pretende tirar a cabeça do movimento sindical que luta em defesa dos explorados e oprimidos.

Bolívia, La Paz

Formado Comitê com as seguintes categorias representadas: Aposentados municipais; professores aposentados de La Paz; Federação dos Professores, Sindicato dos professores de El Alto.

Campanha pela libertação de Vilma Plata

O governo boliviano mantém presa a líder dos professores de La Paz Vilma Plata. Agora, instituiu uma fiança de 13 mil bolivianos para sua libertação. É preciso prosseguir com a campanha e incrementá-la com o apoio financeiro para tirá-la da prisão. Publicamos abaixo o manifesto abaixo-assinado, que já conta com dezenas de adesões de sindicatos e organizações populares e estudantis. Para ajudar na campanha, pode-se reproduzi-lo e enviar a este jornal.

**Ao Consulado da Bolívia
Ao governo**

Liberdade imediata a Vilma Plata

O governo de Hugo Banzer, da Bolívia, prendeu a dirigente da Federação dos Professores de La Paz, durante a greve. Prepara as condições para sua condenação. Vilma Plata foi presa por defender a escola pública e gratuita e, portanto, se colocar contra a reforma educacional do governo, que tem como essência a privatização. Vilma Plata foi detida e poderá ser condenada por ser contra o decreto do governo, que ameaça demitir grevistas e substituí-los por outros. Daqui do Brasil, rechaçamos esse ato de repressão contra a dirigente do movimento dos professores e contra o movimento social em seu conjunto.

Rechaçamos todas as medidas contrárias ao direito de greve. Apoiamos a luta dos docentes, que expressa as necessidades de todo o povo boliviano de lutar contra a exploração do trabalho, a destruição da escola pública e a opressão imperialista.



Converter os cabildos em órgãos de poder

Os explorados da Bolívia já estamos cansados de que, através da mal chamada democracia representativa dos parlamentares, os vereadores, os ministros, prefeitos etc continuam utilizando-nos como degraus para poder enriquecer-se da noite para o dia, roubando o dinheiro que generosamente os trabalhadores entregam ao Estado e que não serve para resolver nenhum de nossos problemas e necessidades cotidianas. Trata-se de tirar a ponta-pés esses vivazes por serem incapazes e imorais.

Diante dos seus problemas que não conseguem resolver pela inutilidade desses imbecis, corresponde convocar os cabildos abertos, para que estes tomem em suas mãos

a solução de todos os problemas dos municípios e sejam os que dirijam o destino dos mesmos, onde todos os vizinhos, os trabalhadores e explorados em seu conjunto discutamos, resolvamos e executemos tudo o que foi aprovado, deixando de um lado a asquerosa democracia representativa e apliquemos a Democracia Direta que no futuro será o alicerce do futuro governo operário-camponês.

Vivam os cabildos abertos!

(Extraído do Jornal Massas n.1661, órgão central do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

A posição da direção da CUT frente à guerra da OTAN contra a Iugoslávia não é antiimperialista. O que significa capitulação pacifista

A Direção Nacional da CUT aprovou uma "Moção sobre a intervenção da OTAN na Iugoslávia" (31/3) que esconde o conteúdo imperialista da intervenção. Isso não só por omitir o conceito "imperialismo" mas também pelo conteúdo pacifista pequeno-burguês e por defender "uma solução negociada" através da ONU. A moção desconhece o papel real da ONU na guerra da OTAN.

Afirma: "Cabe à ONU articular a superação da incapacidade do seu Conselho de Segurança em enfrentar a situação dos Balcãs e propor soluções alternativas à intervenção militar". Com essa colocação, a direção da CUT comete uma grande fraude. Primeiro, porque falseia o caráter imperialista da ONU. Esse organismo é dirigido pelas potências, sobretudo pelos Estados Unidos. Segundo, porque a ONU está de acordo com a OTAN. Terceiro, porque reivindicar uma intervenção pacífica ("propor soluções alternativas à intervenção militar") é se colocar a favor do intervencionismo imperialista, só que pela via pacífica (um verdadeiro contrassenso).

Ao defender a superação da "debilidade" do Conselho de Segurança, a direção da CUT se coloca de acordo com o intervencionismo das potências nos problemas internos da Iugoslávia (guerra interna entre sérvios e albaneses de Kosovo). Esse reclamo da Moção fere o princípio de "defesa do direito à liberdade e à autodeterminação dos povos".

A ONU agiu diplomaticamente para impor um acordo traçado pelos Estados Unidos à guerra separatista de Kosovo. Esse foi rejeitado pelo governo da Iugoslávia. O imperialismo considerou esgotada a tentativa de "paz". Por detrás do pacifismo imperialista, humanitário etc, estava o aparato bélico da OTAN pronto para a guerra. Ou a Iugoslávia aceitava os termos do acordo "pacífico", que pressupunha tropas imperialistas no território conflagrado, ou enfrentaria o bombardeio da OTAN.

É assim que funciona o pacifismo da

ONU; e é esta a natureza do Conselho de Segurança. Nele, as potências negociam acordos bélicos, sob a direção dos Estados Unidos, quem de fato dá as cartas.

O mesmo ocorreu com a guerra contra o Iraque. A ONU sequer se preocupou em esconder sua função de face pacífica dos Estados imperialistas bélicos, que constituíram uma frente contra o semicolonial Iraque. Dizer que o Conselho de Segurança da ONU teve incapacidade de achar "alternativas à intervenção militar" é balela pacifista diante de uma guerra claramente imperialista, apoiada pela ONU.

Com essa posição, a CUT anula sua afirmação inicial: "É inaceitável que a OTAN e os Estados Unidos em particular advoguem para si o papel de polícia na Europa e no mundo, iniciando uma agressão armada a um país soberano." Em palavras, é "inaceitável", mas, na prática, se acaba aceitando.

O contrário é condenar a guerra imperialista e trabalhar pela sua derrota. Mas para isso é preciso começar reconhecendo que se trata de uma guerra imperialista contra um país semicolonial (nação oprimida pelas potências). A CUT se nega a fazê-lo e defende, no lugar do intervencionismo bélico, o intervencionismo diplomático, pacífico, como se o imperialismo pudesse arbitrar os conflitos internos dos países "soberanos" sem o poder das armas. Vemos que se trata de uma idéia absurda e tola, mas que acaba jogando a favor do intervencionismo. O princípio da autodeterminação dos povos se opõe a qualquer tipo de intervencionismo imperialista.

Há uma outra frase da Moção que indica bem o quanto a Central está penetrada das idéias burguesas de paz. "Longe de contribuir para a paz mundial, o ataque da OTAN pode significar a perda de milhares de vidas humanas, de todos os lados". Mais uma vez se procura acobertar o imperialismo. Não pode haver paz entre os povos sob o domínio imperialista do capital. Essa é uma premissa histórica do capitalismo, que alcançou a fase dos mo-

nopólios e do domínio do capital financeiro parasitário.

Em toda e qualquer guerra importante de nosso século - não é preciso enfatizar o significado da 1ª e 2ª guerras mundiais - estão presentes os interesses dos monopólios e da indústria bélica.

É necessário que a classe operária rechace esta Moção da CUT por capitular diante do intervencionismo imperialista. E defenda a unidade mundial dos explorados, através da luta concreta em cada país (Brasil, Estados Unidos etc), pela derrota da OTAN. Somente a luta revolucionária para pôr fim ao capitalismo e construir a sociedade comunista (sem classes) poderá destruir o poder imperialista e conquistar de fato um mundo de paz. Na situação de guerra da OTAN contra a Iugoslávia, o problema está em fortalecer o combate do povo iugoslavo contra os ataques aéreos e contra uma provável invasão de Kosovo. O "Fora o imperialismo" da OTAN tem de se traduzir em mobilização antiimperialista e anticapitalista das massas oprimidas do mundo inteiro.

O POR defende que os sindicatos e correntes exigam a convocação de uma plenária nacional da CUT para rechaçar tal Moção e aprovar uma linha revolucionária de combate ao intervencionismo imperialista.

Internacional



Repúdio à Invasão Imperialista a Kosovo

Lutar pelo Respeito à Autodeterminação Nacional

Como era de se esperar, essa corja de bandoleiros que se intitulam Nações Unidas é a que toma nas mãos a intervenção externa nos países atrasados.

Agora, Estados Unidos e Inglaterra cumpram o papel de timoneiros da invasão imperialista — brutal e colonizadora — que procura submeter um povo que luta pelo

respeito ao direito que tem de resolver seus problemas por suas próprias mãos.

Por nenhum pretexto podemos aceitar que se pisoteie este direito dos povos oprimidos.

Com as armas no alto, podemos expulsar de nosso território aos imperialistas escravizadores!

extraído do jornal "Masas" boliviano nº1658

Manifesto do Comitê de Enlace sobre a Guerra na Iugoslávia

A guerra da OTAN contra a Iugoslávia é uma ofensiva do imperialismo, impulsionado pela crise mundial. O POR se coloca pela defesa incondicional da nação oprimida. É tarefa central do internacionalismo proletário derrotar o imperialismo, que pretende submeter um povo que luta pelo respeito ao direito que tem de resolver seus problemas pelas próprias mãos. A intervenção do imperialismo visa ampliar seu domínio e completar o processo de restauração capitalista em todo Leste Europeu, Rússia, China etc.

Os Estados Unidos, carro chefe do imperialismo, têm o maior interesse em ativar a OTAN. Com esse exército multinacional, podem manter sua hegemonia e atuar no atual quadro de crise, disciplinando as demais potências europeias e o Japão.

Por detrás da escalada militar do imperialismo está a indústria bélica, que necessita ver seus arsenais utilizados. Os EUA são o maior produtor de ar-

mas. Assim, exercem uma poderosa pressão para que a frente imperialista intervenha por todas as partes sob seu comando. Do Iraque à Iugoslávia, atua no sentido de desenvolver as tendências bélicas incrustadas nas contradições do capitalismo decadente.

Forçosamente, o choque entre as forças produtivas e as relações de produção, entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial esgotado, impulsiona o imperialismo à escalada intervencionista contra as semicolônias e incentiva os conflitos bélicos. São os monopólios industriais e a respectiva oligarquia financeira mundial que disputam as áreas de influências, nas condições de crise de superprodução, de agigantamento do capital parasitário (sem possibilidade de aplicação na produção) e quebra dos Estados semicoloniais.

Com o avanço da crise mundial, os métodos capitalistas de luta econômica vão se esgotando e dão lugar aos conflitos bélicos. O imperialismo encarna a barbárie militar para assegurar a continuidade do capitalismo putrefato. Ou seja, encarna as relações de produção e apropriação monopolista contra as forças produtivas que se acham barradas em seu desenvolvimento; encarna a ofensiva contra os países semicoloniais para subjugar-los ainda mais.

Nesse movimento, está presente a encarnizada disputa interimperialista em torno das áreas de influências. Esse é o significado mais profundo da guerra contra a Iugoslávia e o Iraque. Não se trata, portanto, de um mero foco isolado de guerra. Trata-se, sim,

de um elo da tendência bélica mundial presente no interior da decomposição do sistema capitalista.

A autodeterminação das nacionalidades da região não poderá se realizar sob a intervenção imperialista. O primeiro passo é a expulsão do imperialismo da região. As massas mobilizadas de armas na mão é que serão capazes de realizá-lo. E não se deterrão aí, pois perceberão que a real autodeterminação depende de varrer com seus governos nacionalistas pela revolução proletária. Por isso, é fundamental a construção dos partidos revolucionários baseados no programa da revolução proletária, seções nacionais da IV Internacional, que tem de ser reconstruída.

O POR responde aos ataques da OTAN com os princípios do internacionalismo proletário. Unir os explorados do mundo todo, sob a direção da classe operária, para derrotar o imperialismo. A OTAN pode ser rechaçada se as massas iugoslavas forem armadas. E se, em toda parte, os sindicatos e partidos que se reivindicam da classe operária organizarem a luta antiimperialista.

Pela derrota da OTAN! Fora o imperialismo da Iugoslávia! Autodeterminação dos povos! Fim da opressão de classe e da opressão nacional! Unidade proletária e camponesa contra o imperialismo e a burguesia semicolonial entreguista! Armamento da população iugoslava! Apoio militar à Iugoslávia contra a OTAN.

Tendência pelo Partido Operário Revolucionário - seção brasileira

No Brasil, convocamos todas correntes, movimentos e sindicatos a constituírem uma frente única antiimperialista, baseada numa plataforma de luta e no trabalho de organização e mobilização de massa. Para defender consequentemente a Iugoslávia, é necessário travar a luta antiimperialista em nosso próprio país. Se se nega a formar a frente única antiimperialista, se se omite frente aos problemas de opressão nacional existentes sobre o Brasil, se se nega combater com os métodos da classe operária o governo e a burguesia entreguista, então, o apoio à Iugoslávia não passará de declaração de boas intenções. Não aceitando que isso aconteça, é que chamamos as correntes que se colocam contra os ataques da OTAN a iniciarem o trabalho de constituição de uma frente única antiimperialista, convocando reuniões, aprovando um plataforma de luta e constituindo os comitês de base.

Internacional

